

Desafios e Soluções da Sociologia

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	Desafios e soluções da sociologia [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-425-2 DOI 10.22533/at.ed.252192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em 2 Volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

O Volume 1 foi dividido em duas partes denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO” NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHER CIGANA ENTRE BRASILEIROS E ITALIANOS	
Mariana Bonomo Giannino Melotti Monica Pivetti	
DOI 10.22533/at.ed.2521925061	
CAPÍTULO 2	13
ESCOLA EM DISPUTA: EDUCAÇÃO LIBERTADORA OU EDUCAÇÃO CONSERVADORA?	
Camila Zucon Ramos de Siqueira Siqueira Frederico Alves Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2521925062	
CAPÍTULO 3	28
“A GENTE SABE QUANDO DÁ PRA FALAR E QUANDO NÃO DÁ”: MEDO, SEGREGAÇÃO E SILENCIAMENTOS NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM REGIÕES PERIFÉRICAS	
Maria Izabel Machado Marcelo Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.2521925063	
CAPÍTULO 4	45
A REPRESENTAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS NA TRILOGIA <i>ÓPERA DOS MORTOS, LUCAS PROCÓPIO E UM CAVALHEIRO DE ANTIGAMENTE</i>	
Ivonete Dias Marcos Hidemi de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2521925064	
CAPÍTULO 5	54
A VIVÊNCIA FEMININA NA CIDADE: PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER	
Maria Vitoria Silva Cardoso Rosângela Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2521925065	
CAPÍTULO 6	65
LGBTTIFOBIA E RE(VE)LAÇÕES UNIVERSITÁRIAS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO NOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE E A POLÍTICA LGBT	
Claudio Leão de Almeida Junior Danielle Jardim Barreto Fernanda Gracielle Aguiar Zonta	
DOI 10.22533/at.ed.2521925066	
CAPÍTULO 7	76
MASCULINIDADES VIOLENTAS: LEGITIMAÇÃO E NORMATIVIDADE	
Kety Carla De March	
DOI 10.22533/at.ed.2521925067	

CAPÍTULO 8 85

NAS TESSITURAS DO CORPO E DAS SEXUALIDADES EM CLARICE LISPECTOR E MICHEL FOUCAULT: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA DO LIVRO “A VIA CRUCIS DO CORPO”

[Danila Faria Berto](#)

DOI 10.22533/at.ed.2521925068

CAPÍTULO 9 95

O ASSÉDIO MORAL NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO: DISCURSO DE MOBILIZAÇÃO E PRÁTICA PREDATÓRIA

[Igor Assoni Monteiro da Silva](#)

[Marilane Carneiro Di Mario](#)

[Mário Lopes Amorim](#)

DOI 10.22533/at.ed.2521925069

CAPÍTULO 10 108

O QUE PENSAM AS MULHERES SOBRE ‘SEXO E AS NEGAS’

[Daniela Rocha Drummond](#)

[Nelson Rosário de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.25219250610

CAPÍTULO 11 123

VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA INFÂNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATENDIDAS PELO NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – NEDDIJ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.

[Amanda Beatriz Louris](#)

[Carla Liliane Waldow Esquivel](#)

[Elizângela Treméa](#)

[Francieli Pinheiro](#)

DOI 10.22533/at.ed.25219250611

CAPÍTULO 12 133

A CONSTRUÇÃO DO HERÓI CHE E AS MASCULINIDADES EM CUBA: CONSTITUINDO UM OBJETO DE PESQUISA

[Andréa Mazurok Schactae](#)

DOI 10.22533/at.ed.25219250612

CAPÍTULO 13 146

ABUSO SEXUAL COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE PROJETOS DE ENFRENTAMENTO NO PARANÁ

[Bruna Regina Battisti](#)

[Francieli do Rocio de Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.25219250613

CAPÍTULO 14 154

BUNDA, CULTURA NACIONAL E MISTIÇAGEM NO BRASIL

[Ana Paula Garcia Boscatti](#)

[Joana Maria Pedro](#)

DOI 10.22533/at.ed.25219250614

CAPÍTULO 15	166
DISCUSSÕES SOBRE IDENTIDADE RELIGIOSA: O CASO DOS PEREGRINOS	
Marcelo Pereira Souza Marcelo Alário Ennes Alessandra Rodeiro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250615	
CAPÍTULO 16	182
ENVIOS DE MEMÓRIA EM ELIDA TESSLER	
Isabela Magalhães Bosi	
DOI 10.22533/at.ed.25219250616	
CAPÍTULO 17	188
HERANÇA AFRICANA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO: PATRIMÔNIO, ESPAÇO E DINÂMICAS POLÍTICAS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO	
Hannah da Cunha Tenório Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.25219250617	
CAPÍTULO 18	205
MEMÓRIA, SILÊNCIO, ESQUECIMENTO E TURISMO	
Raniery Silva Guedes de Araujo Karla Estelita Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.25219250618	
CAPÍTULO 19	212
PIADAS CONTRA NEGROS: VIOLÊNCIA EM FORMA DE HUMOR JOKES AGAINST BLACK PEOPLE: VIOLENCE AS HUMOR	
Paulo Sérgio de Proença	
DOI 10.22533/at.ed.25219250619	
CAPÍTULO 20	225
QUEM E COMO SE DEFINE O ÉTNICO NA AUTO IDENTIFICAÇÃO “ÉTNICO RACIAL”?: DILEMAS DAS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.	
Marcos Silva da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.25219250620	
SOBRE O ORGANIZADOR	238

QUEM E COMO SE DEFINE O ÉTNICO NA AUTO IDENTIFICAÇÃO “ÉTNICO RACIAL”? DILEMAS DAS COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

Marcos Silva da Silveira

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Departamento de Antropologia – DEAN

Programa de Pós graduação em Antropologia –
PPGA

RESUMO: Este artigo discute algumas dificuldades e dilemas do Programa de Inclusão racial da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Esta política pública teve início em 2004, junto a um grande debate em torno das suas consequências. A UFPR apresentou-se como um espaço interessante para esta discussão, na medida em que, localizada numa região de maioria branca de origem europeia, passou a receber estudantes negros e indígenas, gerando uma série de situações de relacionamento entre estes novos alunos, professores e funcionários. Neste novo quadro de relações, característico das negociações de identidade étnicas em curso, é possível afirmar que o tema da Identidade étnico racial se impõe, obrigando a reconsiderações das nossas noções de pessoa e de cidadãos brasileiros, assim como de diversas expectativas em torno do tema das relações raciais e das identidades étnicas no Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Raciais - Políticas Públicas - Etnicidade

ABSTRACT: This article discusses some difficulties and dilemmas of the Racial Inclusion Program of the Federal University of Paraná, Curitiba. This public policy began in 2004, together with a great debate about its consequences. The UFPR presented itself as an interesting space for this discussion, since, located in a region of white majority of European origin, it began to receive black and indigenous students, generating a series of situations of relationship between these new students, teachers and employees. In this new framework of relations, characteristic of ongoing ethnic identity negotiations, it is possible to affirm that the theme of ethnic racial identity is imposed, forcing the reconsideration of our notions of Brazilian people and citizens, as well as diverse expectations about the theme racial relations and ethnic identities in contemporary Brazil.
KEYWORDS: Racial Relations -Public Policies -Ethnicity

Em 2004, A Universidade Federal do Paraná deu início a um Programa de Políticas Afirmativas, incluindo um Programa de inclusão racial, conhecido popularmente como “cotas raciais”, na qual 20% das vagas do Vestibular se destinariam a estudantes de Escola Pública e 20% das vagas se destinariam a estudantes negros. A UFPR foi uma das primeiras

universidades públicas do Brasil a criar um Programa destes, após a UERJ, a UNEB e a UNB. Tal iniciativa veio acompanhada de um debate intenso e muitas polêmicas, em todo o País, envolvendo intelectuais, juristas e educadores, em geral, e antropólogos em particular. O debate, com posições contrárias e favoráveis, chegou até as grandes mídias, tornou-se assunto de conversas e marcou presença na vida universitária brasileira.

Como pude ser coordenador do NAPA – Núcleo de acompanhamento das políticas afirmativas – da UFPR, entre os anos de 2009 e 2010 e um dos coordenadores do NEAB – Núcleo de estudos afro brasileiros, entre os anos de 2008 e 2012, pude acompanhar, de um lugar privilegiado os desafios da implementação destes programas de inclusão de estudantes, participando ativamente de uma série de processos, em particular da Banca de verificação da auto declaração étnico racial do vestibular – a “banca racial”- que presidi entre os anos de 2009 e 2012.

A implantação destes programas de inclusão mobilizou, em sua operacionalização, segmentos do movimento negro paranaense, a administração e professores da UFPR e os estudantes negros e indígenas beneficiados por essas políticas, cujos posicionamentos merecem ser analisados. Grosso modo, temas fundamentais da identidade cultural brasileira foram atualizados o tempo todo, criticados e reconsiderados, por esses grupos sociais e suas agências, mas, se houve uma redefinição situacional nesse campo acadêmico, percebe-se, também, um *lugar estrutural* que não se alterou significativamente, em relação às décadas passadas. Podemos partir de uma hipótese inicial de que assistimos a uma atualização de um debate fundamental da constituição da identidade brasileira, a questão racial, embora as mudanças reivindicadas e anunciadas ainda aguardem a superação de uma série de limitações e que estas experiências nas Universidades têm contribuído para uma possível revisão deste quadro.

1 | ETNIA E ETNICIDADE

Grosso modo, os conceitos de Etnia e Etnicidade informam um campo de significados que precisam ser devidamente problematizados, a partir da noção, já consagrada por essas políticas, o das “relações étnico raciais”. O que esta ideia vem significando para os diversos agentes sociais que dela se utilizam? A proposta inicial deste artigo é buscar compreender que a discussão que vem sendo realizada em torno desta noção constitui em si mesma, uma dimensão privilegiada das relações Inter étnicas que se deseja modificar, sendo fundamental para o entendimento da questão racial brasileira. Mais do que se buscar uma nova conceituação de etnia, buscarei demonstrar como essas discussões e definições expressam relações de etnicidade característica da dinâmica social brasileira, nas e a partir da implementação destas políticas afirmativas.

O ponto a ser considerado em primeiro lugar, é que, a política de cotas raciais, ao criar um espaço legítimo e desejável de “ser negro” estabelece uma nova fronteira étnica, uma zona de negociação de identidades étnicas, estabelecendo um terreno próprio de etnicidade que não foi devidamente reconhecido e discutido pelos agentes envolvidos. As discussões principais tem sido de outra ordem. Temos que reconhecer melhor a existência desses dois aspectos: um novo campo interétnico foi gerado a partir da Lei de cotas e tanto este campo, assim como os temas em discussão, constituem este novo campo de relações interétnicas.

Para Fredrik Barth(2000), Grupo étnico e Cultura não são a mesma coisa. A história de um grupo étnico irá mostrar, por exemplo, que elementos culturais foram privilegiados na constituição da identidade deste grupo. Por outro lado, as fronteiras culturais entre grupos étnicos variam ao longo do tempo devido a uma série de circunstâncias, que se tornam, pois, o objeto privilegiado da pesquisa antropológica neste campo. Grosso modo, o tema e objeto que Barth propõe vêm a ser um conjunto de relações étnicas a partir das quais identidades étnicas se tornarão viáveis. Tal proposta traz um novo enfoque teórico e metodológico diante de estudos de “Cultura”, “Identidade Cultural”, “aculturação”, consagrados por outras correntes antropológicas e muito difundidas no Brasil.

Uma discussão relevante para pensar esta questão pode ser encontrada no artigo de Olívia Maria Gomes da Cunha(2000), no qual analisa o surgimento de movimentos culturais negros em Salvador e no Rio de Janeiro, com uma consequente politização de práticas culturais e uma redefinição de conceitos antes restritos a área acadêmica. A autora analisa a renovação de entidades negras recreativas e entidades culturais de massa, a partir de suas críticas à cooptação de organizações culturais como as escolas de samba cariocas, por um lado e diante do discurso propriamente político dos grupos negros ligados ao Movimento Negro Unificado.

Uma nova maneira de “Fazer Cultura”, na qual a cultura negra serviria como instrumento de conscientização da população negra e pobre, viria a gerar novos debates em torno da noção de cultura. Tornada instrumento de luta, a “Cultura Negra” faria com que Política e Cultura, como categorias isoladas, se tornassem ineficazes. Nem a política partidária e nem a Festa, sozinhas, conscientizariam a população negra para a transformação social. Como fazer um projeto político e ideológico específico surgiria como um novo desafio, para grupos como o AfroReggae no Rio de Janeiro e o Olodum e o YlêAyê, em Salvador.

Tais grupos Afro, ao buscarem uma nova linguagem acessível ao seu público, viriam a dar novos significados a uma noção de Cultura afro brasileira, produzindo uma reconfiguração da própria linguagem utilizada pelos Movimentos Negros. “Identidade Negra”, relações entre Raça, Status e Classe, o “mito da democracia racial” As relações raciais no Brasil passam a serem vistas, primeiramente, como relações de coerção e não mais como relações harmônicas.

Neste processo de redefinição efetuada pelos próprios Movimentos Negros,

entendidas agora como Políticas de Identidade, o que terminará sendo proposto será o fim da visão anterior do Brasil e o começo de uma nova concepção do Brasil, marcada por uma polarização entre negros e brancos, no lugar da lógica social da mistura, da miscigenação e do sincretismo. Embora o Estado brasileiro republicano reconheça a diversidade como marca da nacionalidade, a questão de quem são os verdadeiros responsáveis pela discriminação racial no Brasil não havia ainda sido colocada por este mesmo Estado. Ao construir uma visão do Negro pelos próprios negros, numa proposta de descolonização cultural, o significativo *Negro* passaria a informar novos lugares classificatórios, dentro de uma afirmação de Identidades negras para comunidades negras que se organizavam em torno destes grupos culturais, entendidas agora como “comunidades étnicas”. Este movimento encontraria seus limites e resistências, que vem sendo objeto de diversas análises.

Um problema que a autora também aponta, é que, neste processo de construção de novas identidades negras, enquanto identidades étnicas, o étnico subordina-se à Identidade e noções como Raça, Cor, Etnia e Cultura, passam a serem categorias usadas indistintamente. O debate irá se voltar para uma discussão a respeito de Cidadania, de cidadanias alternativas, entendidas a partir de uma diferença negra, celebrada e atualizada pelas manifestações culturais promovidas por estes grupos. Embora a discussão da autora se detenha nas décadas de oitenta e noventa, grosso modo, as questões por ela apontadas estão muito próximas do ambiente acadêmico e militante que eu encontrei na UFPR e em Curitiba nas primeiras décadas do século XXI. É possível afirmar que a discussão que informaria as cotas raciais nasceu naqueles movimentos, décadas antes, e é a sua continuação.

A implantação de cotas raciais nas Universidades públicas, por sua vez, geraria uma enorme polêmica na sociedade brasileira, evidenciando que questões importantes de identidade brasileira estavam sendo atualizadas, o que despertou um interesse ainda maior pelo tema, por parte de alguns círculos intelectuais e políticos. Em 2008, a mídia brasileira noticiou em destaque o lançamento do *Manifesto: Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais* assinado por intelectuais e artistas contrários à implantação das cotas raciais e questionando os critérios utilizados pelas comissões criadas nas UFES para definir quem era ou não era “Negro” e poderia concorrer às cotas. Esses argumentos eram síntese e inspiração de diversos artigos, em particular os de autoria dos antropólogos Peter Fry e Yvonne Maggie(2005) que alarmavam a sociedade brasileira para o “perigo” de uma racialização da sociedade e até mesmo uma ameaçadora divisão do País entre “Branços” e “negros”. Tal divisão não aconteceu, evidentemente, mas é importante refletir a respeito do fato de que tenha chegado a ser pensada. Que “divisão”, entre negros e brancos de que conjunto estaria sendo imaginada?

Em resposta a carta dos 113 cidadãos anti racistas, outra Carta foi produzida o manifesto pró cotas: *Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas*, assinado por setores importantes do Movimento negro brasileiro, educadores

e intelectuais. Estes, por sua vez, contra argumentavam que os problemas com as comissões de acesso eram inevitáveis, e que realmente é difícil classificar e definir quem é Branco, Preto e Pardo no Brasil, por um lado, mas a sociedade brasileira foi e é historicamente “racializada” e que os programas de inclusão racial estavam contribuindo para explicitar divisões e valores implícitos e não inventando um novo quadro nas relações étnico raciais. As experiências são válidas e justas.

Sem querer me estender neste debate, gostaria de me deter nas reflexões de Célia Marinho de Azevedo, historiadora, que procurou fazer uma comparação entre as propostas brasileiras e as políticas norte americanas, que em parte nos inspiraram. Muito crítica e sem muita simpatia pelo Programa de cotas raciais, insiste numa tese universalista de justiça social, que reafirma a importância da “Classe” e da experiência de Classe por sobre as identidades étnico raciais, tese por sinal, a mais disseminada entre os críticos deste Programa. Em dado momento de suas reflexões ela sugere que seria interessante se alguém tivesse acesso às bancas de identificação étnico racial dos vestibulares já que:

“...organizam-se “comitês de julgamento” em cada instituição, os quais ficariam encarregados de examinar a “veracidade” do pertencimento racial declarado pelo candidato ao emprego ou vaga em Universidade. Seria interessante, se não fosse trágico, acompanhar o trabalho de uma destas comissões de juízes da cor.”
(Marinho, 2004, p.38-39)

A partir do ano de 2008 foi exatamente o que eu fiz primeiro como observador e depois como Presidente da Banca, nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, participando ativamente de uma negociação permanente dos critérios de validação da auto declaração étnico racial do vestibular da UFPR. Algumas questões, que o debate “político” e “acadêmico” das cotas raciais pouco contemplava, rapidamente vieram à tona.

O vestibular, como um todo, consiste num rito de passagem para os candidatos. Ser aprovado num vestibular, numa Universidade Federal de prestígio ou em outra qualquer, implica numa mudança de posição social, inicialmente para a temporária categoria de “estudante universitário”, que permitirá uma profissionalização bem definida e um possível futuro de sucesso para os que forem bem-sucedidos. Uma série de valores e posições sociais são manipulados nesta passagem, fartamente explorados pelo mercado educacional brasileiro; as políticas de inclusão, pela raça e pela formação em escola pública, pretendiam, explicitamente, corrigir as distorções e injustiças deste processo seletivo e suas implicações.

É necessário, em primeiro lugar, considerar que estamos falando do processo seletivo para o ingresso em uma universidade pública através de Vestibular. Como percebeu Monica Grin (2006), num artigo a respeito do registro acadêmico, realizado na UERJ após o primeiro vestibular com cotas raciais, os estudantes negros não estavam, naquele momento, assumindo uma identidade “Negra”, mas sim, de “estudantes”, calouros, no caso como seria de se esperar num processo seletivo

destes. Ao ingressar na Universidade o calouro é, em primeiro lugar, estudante. Um estudante Negro ou um estudante Branco.

Parece óbvio, mas não é. Num seminário realizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, no início de 2009, constatou-se que todos os pesquisadores e professores presentes, formados nas décadas de oitenta e noventa, só começaram a refletir sobre o tema das relações étnico raciais e de suas próprias identidades, após o ingresso na Universidade, com sua complexidade e exigências características. Percebia-se, com os calouros da UFPR, que o Programa de Cotas já faz parte de outro momento histórico, um tanto distinto, fazendo com que se situassem dentro dos desafios e dilemas do sistema classificatório étnico racial brasileiro já ao final do ensino médio.

Bevilaqua (2005) chama a atenção de que o Programa teve problemas em sua implementação desde o primeiro vestibular. Nem todas as vagas foram preenchidas e houve um número elevado de pessoas que se declaram negras e pardas, mas não tiveram sua auto declaração validada. A maioria entrou com recurso jurídico e teve sua matrícula garantida, sendo aprovados em segunda instancia. A dificuldade em classificar e distinguir o branco do negro surgiria, no caso de estudantes cuja aparência é resultado de uma forte mestiçagem familiar.

Nos anos seguintes esse desafio continuou. Grosso modo, é estabelecida uma linha de corte, dentro da categoria pardo entre pessoas de um tipo “moreno brasileiro”, que, na região sul podem ser definidas como negras pelos habitantes brancos de origem europeia, mas, se vistas como mestiças pelos representantes do Movimento Negro, nem sempre são vistas como negras, por esses mesmos representantes. Em geral, essas pessoas têm apenas um avô ou avó negro, como declaram. Por outro lado, pessoas negras, de pele clara, mestiços com ascendência negra evidente, são incluídas. Em geral, essas pessoas têm ou o pai ou a mãe Negro.

Em jogo, num processo seletivo cujos candidatos são, por ordem, da região metropolitana de Curitiba, do interior do estado do Paraná, do interior dos estados de São Paulo e de Santa Catarina e, residualmente, de outras regiões do País, a distinção – e distancia – entre o “branco europeu” e o “branco brasileiro” tem efeitos na definição de preto e pardo. Pardos podem ser brancos brasileiros aos olhos dos pretos e negros aos olhos dos Europeus. O processo de validação da auto identificação étnico racial termina sendo um esforço de estabelecer uma linha de corte dentro desta categoria pardo – entre quem pode ser percebido como Negro ou não, com essa especificidade, o não negro é um branco brasileiro, sempre, ou um mestiço cuja cor parda não é redefinida nem como branca nem como negra, dentro das indefinições características desta categoria, tão bem apontada por Lilia Moritz Schwarcz(1998).

Se tal desafio existe para a Banca, existe também para os candidatos. Para piorar, o Programa de Inclusão racial e social previa acesso diferenciado, mas não uma política de permanência diferenciada, para além das Bolsas de Permanência para estudantes de “baixa renda” e voltadas para os alunos cotistas, sem maiores preocupações com a mobilização de identidades que o Programa instaura para os

alunos. Na prática, boa parte dos estudantes pardos – 2/3 dos cotistas aprovados – se dilui na categoria “brasileiro”, enquanto os estudantes pretos, mesmo que não tenham ingressado pelo sistema de cotas raciais, passaram a ser identificados como “cotistas raciais”, pelos colegas e pelos demais frequentadores do espaço universitário.

Esta redefinição específica das identidades étnico raciais dos estudantes e a indiferença da Universidade frente aos desafios que apresenta para os estudantes negros aponta para um problema ainda maior. É possível dizer que, se a identidade de Estudante, ainda que temporária, torna-se real para os novos calouros, o mesmo não acontece com uma possível noção de estudantes negros. Eles não se tornaram, num primeiro momento, um novo grupo dentro do conjunto de estudantes como um todo. Exceto em alguns cursos que passaram a ter um contingente expressivo de estudantes negros todos os anos, na maioria dos cursos e dos Campi, continuam sendo minoria, em grande parte invisível e invisibilizada. Quando o assunto “cota racial” vem à tona, no ambiente estudantil, geralmente é através de comentários depreciativos ao Programa, mas direcionados aos estudantes que se presume, tenham entrado através do mesmo, deixando esses estudantes negros em posição desconfortável entre os seus colegas.

Retornado aos propósitos deste artigo, a partir destas últimas considerações, o que tem sido possível constatar é que a implantação do programa de cotas raciais na UFPR se deu e continua se dando em uma discussão fortemente marcada mais por estereótipos do senso comum do que por uma reflexão conceitual atualizada, entre os agentes envolvidos. Tal tema não é novo, todavia. Giralda Seyfert(1995) já havia discutido que, diante do tema das relações raciais no Brasil, os argumentos científicos sempre estiveram próximos dos estereótipos do senso comum sobre o tema da mestiçagem e, vice versa, verifica-se o uso de linguagem científica para reforçar noções estereotipadas. Se é possível ver no racismo o predomínio de doutrinas da superioridade europeia por sobre a argumentação científica a respeito de Raça, cultura, etnia, ideologia, etc., não devemos perder de vista que se está – desde o século XIX, pelo menos – lidando com a construção de lógicas classificatórias, que caracterizam a formação dos horizontes culturais da nação brasileira, dentro dos quais os usos e definições de conceitos fundamentais para a reflexão antropológica são reapropriados e redefinidos.

Seyfert também já discutira como a questão da mestiçagem na identidade brasileira envolve a operacionalização de uma lógica classificatória e dos valores que definem esta classificação. O debate racial brasileiro, a partir do século XIX, produziria o ideal de um “mestiço superior”. Negros, índios e mestiços eram raças inferiores, incapazes de competir livremente no mercado de trabalho capitalista moderno, por um lado, mas, aqueles que se branqueassem, através da mestiçagem com os europeus, estariam numa situação melhor. As definições altamente estereotipadas do “mestiço” e da “mestiçagem”, combinam qualidades dos brancos e defeitos dos negros e índios, numa lógica na qual categorias definidoras de raça, cor, tendem a ser depreciativas,

subordinadas a uma estética branca que se torna a imagem ideal da civilização moderna. A famosa estética da Morenidade, popular até hoje, consiste num elogio do mestiço superior, os traços negroides continuam a desqualificar o seu portador, mesmo quando a cor da pele é celebrada. Não é difícil perceber, assim, que a necessidade de se situar diante das classificações raciais vigentes no Brasil torna-se um desafio para os candidatos as cotas raciais e para os demais envolvidos no processo. Disto tudo deriva um problema mais amplo. Com propor um novo lugar social para os negros, dentro da sociedade brasileira, sem alterar o sistema classificatório vigente como um todo, se ele permanece implícito para a maioria dos cidadãos, dentro desse processo? Ao dar novos significados ao ser *negro* no Brasil, as manifestações culturais e políticas da negritude induzem, até certo ponto, uma redefinição do sistema como um todo. A enorme polêmica gerada pelas cotas raciais nas Universidades e o sentimento de ameaça de “divisão” do País, podem ser vistas com reações a estas consequências de todo este processo gerado a partir e em torno das atuais políticas culturais da negritude no Brasil.

2 | A PESSOA NEGRA

Como discutiu profundamente Louis Dumont, a modernidade ocidental e sua racionalidade trabalham com um Valor atribuído a uma noção de indivíduo— o indivíduo cidadão – que se pretende universal dentro do seu Estado nacional e, enquanto tal, equivalente aos demais indivíduos de outras nações. (Dumont: 1985, p.110). “Estudante” é, à princípio, um tipo de categoria marcada por uma ideia valor individualista, ainda mais em se tratando de escola pública, mas negro, branco, mestiço e europeu são categorias culturais da ordem da Pessoa. São identidades sociais específicas que particularizam os indivíduos, dentro da totalidade da Nação brasileira.

A construção social da Pessoa – ou de pessoas sociais – é um tema universal para as ciências sociais. O dilema da construção de identidades sociais no mundo moderno, diante da tensão entre o Universalismo da Modernidade e os Particularismos culturais a ela associados, também é um tema consagrado para os cientistas sociais, sendo, por isso mesmo, trabalhado em profundidade nos cursos de ciências humanas e nas Universidades em geral. Não é à toa que as cotas causariam tanta polêmica e produziriam reflexões divergentes no meio acadêmico.

Ser brasileiro, supondo que nesta brasilidade possa estar contida, em maior ou menor grau, a presença, branca, preta, indígena, europeia ou africana, é uma coisa, que mais ou menos, todo mundo aprende na Escola ou em Casa e que constitui a identidade brasileira, centrada nas noções de mestiçagem, sincretismo, morenidade, e na ideia da democracia racial. Grosso modo, podemos dizer que os candidatos que se declaram preto ou pardo na inscrição do vestibular e procuram concorrer às cotas raciais, situam-se a partir deste referencial, em primeiro lugar. O que tais definições podem passar a significar a partir da seleção através deste Programa, é que se torna

um dos nossos problemas. Pode-se afirmar, em primeiro lugar, que o maior problema é que a entrada na Universidade pela cota racial não se torna, plenamente, um processo de construção de uma nova identidade e pode, de fato, reforçar toda uma trajetória de invisibilização e subordinação social que acompanha esses indivíduos negros desde sua entrada no ambiente escolar.

Todos os candidatos que puderam falar um pouco da sua trajetória no ambiente escolar citaram que tiveram pouquíssimos colegas negros em sala, desde a pré-escola. Sempre foram minoria ou mesmo estavam sozinhos. Professores negros eram raríssimos, tanto na escola pública quando na particular. Temas relacionados à cultura afro brasileira, africana e indígena, raramente eram abordados. O sistema escolar brasileiro, como tão bem discutiu Jerry D'Ávila(2005), produz “diplomas de brancura”, branqueando culturalmente os estudantes. No caso dos estudantes universitários negros, essa Individualidade veio acompanhada de uma marca da negritude que personaliza em outro sentido, no sentido de uma consciência implícita de um lugar minoritário, profundamente sentido e ressentido e pouco pensado e explicitado, exceto para aqueles que, oriundos de famílias majoritariamente negras, desfrutaram de uma reflexão a respeito de sua condição negra a partir do seu ambiente familiar.

Tal evidencia chama a atenção para problemas específicos da condição da Pessoa negra nas classes médias urbanas do Brasil meridional, apontando não exatamente para a existência de Tradições Negras, mas para a ausência delas, em certo sentido. Embora seja possível falar em negritudes modernas, em alguns casos, o que foi possível perceber, até agora, é uma versão muito aguda das questões levantadas pelo célebre intelectual negro Frantz Fanon, com relação ao racismo nos países franco americanos, que pode ser estendido ao Brasil.

Num contexto fortemente marcado pelos valores democráticos universalistas e igualitários, difundidos pelo sistema educacional Francês, este autor, psiquiatra exercendo sua profissão em Paris, sentia permanentemente o peso de sua origem caribenha e de sua cor negra, embora em tese, seria um “cidadão igual aos outros”. Fazendo um esforço enorme para perceber essa condição de Negritude Moderna, na qual se exige uma atitude de igual – o indivíduo cidadão - quando se é tratado como diferente - a pessoa negra –e desigualmente, como um não cidadão ao invés de um cidadão afro americano negro, Fanon(2008) formulou uma percepção do padrão cultural que informa o racismo latino americano que se tornaria uma leitura obrigatória sobre o assunto.

Outro crítico do sistema colonial, que se apropriou da discussão de Frantz Fanon foi o indiano Homi Babha Este autor, ao comentar a condição de indiano ocidentalizado pela educação britânica, frente aos britânicos, lança mão das reflexões de Fanon, produzindo uma imagem de uma identidade em negativo, como um reverso de uma Norma – branca, europeia – que nunca se atinge plenamente, embora já não se possa mais ser, simplesmente, um “indiano tradicional”, se é que isso um dia existiu. Babha(2001) faz uma importante crítica à noção antropológica de etnocentrismo, que

é importante resgatar.

Se esta noção foi pensada para tratar de processos de reconhecimento de diferenças culturais que ocorrem de modo desigual: “Nós” somos melhores do que os “outros” e vice versa, pois os “outros”, em alguns contextos tribais mais horizontais, também podem se achar melhores do que os seus “outros”, em relação aos valores que constituem o seu “nós”. Lógicas etnocêntricas, contudo, também estabelecem valores desiguais em condições sociais de desigualdade e subordinação, como vemos com negros e indígenas frente aos descendentes dos colonizadores europeus, mas também em exemplos entre sociedades indígenas, africanas e asiáticas.

De qualquer modo, mesmo subordinada, a possibilidade de uma existência própria, ainda que marginalizada, é possível, como no caso dos célebres apartheids da África do Sul e do Sul dos estados Unidos. Babha chama a atenção que em contextos modernizados das colônias e ex colônias, como a Índia, o Caribe Francês e o Brasil, as elites e camadas médias urbanas, como Frantz Fanon e nossos estudantes negros na UFPR, vivem uma situação de dupla marginalidade na qual a consolidação de uma identidade contrastiva torna-se impossível. Trata-se de uma condição social de uma “sombra” cultural.

Este se torna o problema principal a ser reconhecido a partir da experiência das cotas raciais nas Universidades federais. Diante deste quadro, a experiência do Programa de Inclusão Racial e Social da UFPR tem alguma coisa a ensinar. Em primeiro lugar, a direção da UFPR ignora completamente o problema identitário que o Programa gera para os estudantes negros – e não só para eles, talvez – por não reconhecer a especificidade da condição da Pessoa Negra envolvida. Os agentes do Movimento negro paranaense reconhecem essa dimensão do problema, mas sua construção de Negro Militante, se permite que articulem bem um horizonte de pessoa negra – “consciente” – ao ideal do indivíduo cidadão moderno – os mantêm afastados da indefinição identitária que caracteriza a maioria dos jovens candidatos e calouros negros, que continuam “vestindo” algumas máscaras, brancas, pardas e pretas. É preciso compreender melhor como se dão as relações possíveis e necessárias entre os indivíduos destas três categorias principais – estudantes negros, militantes negros, servidores universitários, a partir e em torno do Programa de inclusão racial e social da UFPR, para que seja possível um melhor entendimento das consequências do Programa e para a sua continuidade em outros parâmetros.

Grosso modo, se estamos trabalhando dentro do Horizonte temático definido a partir de etnia, etnicidade, noções antropológicas que informam o que venha a ser uma identidade étnico racial, por conseguinte, o processo de autodeclaração de pertencimento étnico racial necessita ser analisado a partir de um olhar antropológico sob pena de este processo gerar consequências que permanecerão à margem do mesmo processo que as engendrou, como tenho procurado discutir o tempo todo em meus artigos. Neste sentido, a discussão de Pierre Bourdieu(2008) no artigo “A Força da Representação” permite uma síntese teórica das questões aqui levantadas.

Significativamente, toma como ponto de partida o fato de que se o conceito de Etnia surge como tentativa de substituir o conceito de Raça, os dois coexistem e se confundem, fundamentalmente, devido ao fato de informarem classificações práticas orientadas para a produção de efeitos sociais. Partem dos juízos do senso comum e com esses juízos dialogam, buscando, de fato, num esforço de superação dos meros juízos de valor, produzirem representações mentais e representações objetivas de suas demandas. A discussão crítica dos intelectuais acadêmicos dialoga com essas representações, tornando-se também parte destas, na forma de signos, emblemas e poderes, conforme o caso.

O que está em jogo é uma luta entre classificações, esta sim informando a luta pela possibilidade de definir identidades étnicas e locais, origens e locais dessas origens. Nada aqui é “natural”, como a discussão a respeito de origens e identidade as vezes busca se tornar, mas, o importante para a Ciência Social é perceber que tais classificações, fronteiras, grupos e locais “étnicos” são fundamentalmente simbólicos. Não é outra coisa. Estamos lidando com representações simbólicas do real que constituem este próprio real, através de uma luta constante pela possibilidade de representa-lo. É nesta luta que os intelectuais, cientistas sociais e antropólogos em particular se inserem e nosso papel é conseguir registrar da melhor maneira possível o estado da luta entre as classificações em jogo. Este é o jogo das identidades étnicas, é desse jogo de etnicidades que estou tratando aqui, no caso das demandas classificatórias geradas a partir dos programas de cotas raciais. Ora crítico, ora cúmplice, o discurso científico também irá representar, trazendo a visibilidade grupos invisíveis, dando visão e voz a certas reivindicações sociais. Bordieu sugere que se tome como objeto esse poder de constituir e legitimar visões de mundo, numa dialética de mistificações e desmistificações, que envolvem, realmente forças sociais poderosas. Tal é o jogo da Etnicidade! Tenso, contraditório, quase mítico em alguns momentos.

Seja o que se entendeu e ainda se entende por raça, cultura, etnia e identidade no Brasil, esta discussão sempre foi um construto antropológico dentro da ideia de Brasil Moderno. Isso traz outro nível da questão a ser discutido. É preciso tanto identificar a produção e circulação de definições destes conceitos como (re) pensá-las a partir dessa práxis específica, na qual nos inserimos permanentemente. Os Conceitos de raça, classe, cultura e etnia são centrais nas ciências sociais e informam diretamente as políticas afirmativas, ao mesmo tempo, são aplicados nessas práticas políticas e redefinidos durante esta aplicabilidade. As redefinições são estereotipadas, tendenciosas e recorrentes, expressando direcionamentos e soluções encontradas, que precisam ser devidamente reconhecidas.

O que podemos esboçar, inicialmente, é que a discussão a respeito de raça está historicamente, vinculada à noção de Nação moderna e que daí derivam as principais questões aqui levantadas. Michael Banton(1979) já chamara a atenção de como a racialização de identidades no mundo moderno acompanhou a construção dos estados nacionais e não pode ser vista em separado deste processo maior. O tema é

amplamente discutido, a saber, o mesmo processo de construção da Nação Moderna, gera no interior dos Estados Nacionais nascentes, o surgimento de identidades locais distintivas, etnias minoritárias. O sentimento da Nação, o Projeto de Nação, redefine, historicamente, identidades locais, no processo de luta por classificar que Bordieu enfatizara.

Cada caso é um caso, e, no caso brasileiro, este tipo de definição precisa ser contextualizada para a etnogênese dos grupos negros urbanos. O tema também tem suscitado um amplo debate com muitos artigos, desde várias décadas. Sem querer estender demais, tenho em mente que a discussão de Renato Ortiz (1985) sintetiza os principais pontos a serem aqui considerados. Percebe que noções hegemônicas no Brasil como “As três raças” e a “democracia racial” permitem a maioria dos cidadãos brasileiros se situarem – e serem situados – de alguma maneira, dentro do universo cultural da Nação brasileira, já que, de alguma forma, podem encontrar aí as suas “raízes”.

No caso do Movimento Negro brasileiro, este se vê diante de um sério dilema: a tentativa de construir uma ideia de “Negritude” enquanto identidade distinta frente à identidade brasileira majoritária, se é favorecida pela ideia das “3 raças” inicialmente, termina sendo englobada pela mesma, ou seja, quanto mais procura se distinguir, num primeiro plano, mais será reincorporada – como matriz cultural da “brasilidade” – noutra plano. Esta dialética peculiar dificulta a existência de identidades culturais fora do horizonte da Nação Brasileira, e circunscreve processos étnicos a ela própria. Quero crer que a situação atual dos movimentos indígenas e negros reforce estas ideias aqui expostas. Se este é um problema real para movimentos sociais organizados a partir de referências étnicas, como fica a situação dos indivíduos negros característicos das classes médias urbanas, cuja construção de pessoa é ainda mais comprometida pela individuação característica de sua ascensão social? Este parece ser mais um problema gerado no processo de implementação das cotas raciais que precisa ser melhor compreendido.

Paula Montero (1996) retoma Louis Dumont para lembrar que diferença e igualdade são valores que se excluem no mundo moderno e que reivindicar igualdade, a partir da diferença, leva ao apagamento da diferença como valor distintivo. Este é um dilema da ideologia moderna no mundo contemporâneo. Reivindicações étnicas partem do reconhecimento de diferenças de valores atribuídas a categorias sociais distintas buscando, explicitamente, superar as diferenças hierárquicas que as engendram.

Realizar este ideal não é fácil e pretendo afirmar que a implementação do plano de inclusão racial da UFPR – enquanto exemplo das atuais políticas afirmativas no Brasil – pode ser vista como um caso relevante deste dilema moderno. Ao se pretender realizar uma reparação à marginalização sofrida pela população negra durante a escravidão e após a abolição, as cotas raciais reconhecem e identificam os sujeitos negros num primeiro momento, para depois igualá-los na condição de estudantes universitários, desconsiderando completamente a condição histórica da construção de

pessoas negras desses mesmos estudantes. A maneira como este processo acontece precisa ser melhor analisada para que superações mais efetivas possam ser pensadas e aplicadas.

BIBLIOGRAFIA

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: edições 70, 1979.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio: Contra Capa, 2000.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001

BEVILAQUA, Cimea Barbató. **Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa**. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2005. v. 48, Nº 01. Pgs 167-225.

BORDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 2008. Parte II. Cap 3.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Depois da festa: movimentos negros e políticas da identidade no Brasil**. In ALVAREZ, S. & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DÀVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917/1945**. São Paulo: UNESP, 2005.

DUMONT, Louis. **Ensaio sobre o Individualismo**. São Paulo: Rocco, 1985.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRY, Peter. **A persistência da raça**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

GRIN, Mônica. Cor, **Etnia e ritualização do mérito no acesso à UFRJ**. In QUEIROZ, Delcele Mascarenhas(coord). **O negro na Universidade**. Salvador: UFBA. Pgs 57-77.

MARINHO, Celia Azeredo. **racismo e anti racismo no Brasil**. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

MONTERO, Paula. **Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo**. In Dayrell, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1996. Cap. 2. pgs 39-61.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In NOVAIS, Fernando. A. **História da vida privada no Brasil, vol.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pgs 173-243.**

SEYFERTH, Gyralda. **A invenção da Raça e o poder discricionário dos estereótipos**. In Anuário Antropológico 93. Rio: Tempo Brasileiro, 1995. Pgs 175-203.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-425-2

